

CONTRATO DE "LEASING"

ARRENDAMENTO MERCANTIL

Recurso

Apelação. 2.

BANCO — INSTITUIÇÃO FINANCEIRA - CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - CONFISSÃO DE DÍVIDA - MULTA - NULIDADE

EMENTA

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Autos Processuais n..... Embargante: e outros Embargado:, todos já identificados nos autos processuais supra enumerados, por seu bastante procurador judicial, infra-assinado, com o devido acato e respeito VÊM perante Vossa Excelência interpor R E C U R S O D E A P E L A Ç Ã O por "data venia" entender merecedor de reparos o r. decidere prolatado às fls. 342 e ss do caderno processual de Embargos do Devedor, movido em face de BANCO DO ESTADO DO, instituição financeira também ali identificada, fazendo-o nos exatos termos permitidos pelo Direito vigente, esperando, ao final, ver providas suas razões de ingresso pelo Egrégio Tribunal ad quem. Isto posto, permite-se R E Q U E R E R Seja na exata forma legal, recebido e processado o presente Recurso de Apelação, restando intimado o embargado para oferecimento de suas contra-razões, conferindo-se ao presente os efeitos devolutivo e suspensivo e ordenando-se a remessa e, seqüencialmente, Após o anterior, sejam os presentes autos processuais enviados ao Egrégio Tribunal de Alçada do Estado do, onde, por uma de suas Doutas Câmaras será o mesmo apreciado, restando efetuada a reforma integral do r. decisório objeto. Nestes Termos, Conferindo ao presente o valor, para efeitos fiscais de R\$, Pede Deferimento. De p/, aos p.p. OAB/..... Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Presidente do Egrégio Tribunal de Alçada do Estado do Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz Relator da Câmara Cível deste Egrégio Tribunal. APELANTE:, pessoa jurídica de Direito Privado, com sede social na Cidade e Comarca de, à Rua, nº, devidamente inscrita pelo CNPJ sob nº,, brasileiro, casado, inscrito pelo CPF/MF sob nº, residente e domiciliado nesta Comarca, à Rua, nº, e ainda,, brasileiro, casado, comerciante, inscrito no CPF/MF sob nº, residente e domiciliado em esta Comarca, na Rua, nº, todos devidamente representados por seu bastante procurador judicial, Dr., advogado regularmente inscrito pela OAB/..... sob nº, com escritório profissional em, à Avenida, nº

APELADO:, instituição financeira com sede social em, à Rua, nº,, devidamente inscrita pelo CNPJ sob nº, por seu bastante procurador judicial, Dr., advogado regularmente inscrito pela OAB/..... sob nº, com escritório profissional em, à Rua, nº

..... RAZÕES DO RECURSO DE APELAÇÃO Eméritos Julgadores! 1 - DA TEMPESTIVIDADE Os apelante foram intimados da decisão em, quinta-feira, encerrando-se o prazo para apelar em, ou seja, dez dias normais para manifestação, mais três dias em decorrência de os autos estarem em Comarca do Interior. Com a superveniência de período de Férias Forenses, foi suspenso o decurso dos prazos processuais entre os dias a, os quais voltaram a fluir a partir de de de, quinta-feira, primeiro dia útil após as férias. O Código de Processo Civil, quanto à contagem dos prazos, legisla: "Art. 179. A superveniência de férias suspenderá o curso do prazo, o que lhe sobejar recomençará a correr do primeiro dia útil seguinte ao termo das férias." "Art. 184 - Salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos, excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento. § 2º Os prazos somente começam a correr do 1º (primeiro) dia útil após a intimação (art. 240 e parágrafo único)." Assim, obedecido o prazo para apelação, deverão estas ser devidamente conhecidas e, em decorrência de seus termos, providas, determinando pela reforma parcial do r. decidere de 1ª instância. 1. FATOS NECESSÁRIOS. O

apelado adentrou com feito executório perante este Douto Juízo de Direito em face dos aqui apelantes, embasado em "Instrumento Particular de Confissão, Composição de Dívida e Forma de Pagamento e Outras Avenças", este de nº, firmada aos, no valor original de R\$ A contratação objeto do procedimento teve origem